

★ continuação

Indicadores	Saldo contábil	Cenário				
		Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI		12,33%	(*) 15,42%	9,25%	18,50%	6,17%
Aplicações financeiras	13.084	14.698	15.101	14.294	15.505	13.891
Fundo restrito	1.251	1.405	1.444	1.367	1.482	1.328
TR + 8,3% a.a.		9,92% (*)	12,40%	7,44%	14,89%	4,96%
Empréstimos e financiamentos (28.589)	(26.227)	(26.819)	(25.635)	(27.411)	(25.043)	(25.043)
TR + 9% a.a.		10,62% (*)	13,28%	7,97%	15,94%	5,31%
Empréstimos e financiamentos (28.588)	(31.625)	(32.384)	(30.866)	(33.144)	(30.107)	(30.107)
IPCA + 7,28% a.a.		13,06% (*)	16,33%	9,80%	19,60%	6,53%
Empréstimos e financiamentos (446)	(504)	(519)	(490)	(533)	(475)	(475)

Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Sociedade em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Sociedade de acordo com a política estabelecida pela Sociedade. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. **Risco de liquidez:** A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Sociedade possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Sociedade. O objetivo da Sociedade é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos, financiamentos e contratos de arrendamento.

4.2. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros da Sociedade são classificados da seguinte forma:

Ativos financeiros pelo custo amortizado	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	13.132	15.798
Contas a receber	2.432	1.661
Ativo financeiro	117.004	87.239
Ativo de contrato	1.131	19.677
	133.699	124.375

Ativos financeiros por meio do resultado	31/12/2022	31/12/2021
Fundo restrito	2.192	1.122
	2.192	1.122

Total do ativo financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros pelo custo amortizado	135.891	125.497
Empréstimos e financiamentos	(52.893)	(44.982)
Fornecedores	(727)	(1.867)
Partes relacionadas e dividendos a pagar	(3.666)	(2.906)
Total do passivo financeiro	(57.286)	(49.755)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	78.605	75.742

4.3. Gestão de capital: Os objetivos da Sociedade em administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários e outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. A Sociedade administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Sociedade pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Sociedade monitora o capital por meio de quotientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31/12/2022 e de 2021, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	52.893	44.982
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.132)	(15.798)
(-) Fundos restritos	(2.192)	(1.122)
Dívida líquida	37.569	28.062
Patrimônio líquido	59.371	58.421
Total do capital	96.940	86.483
Índice de alavancagem	39%	32%

5. Caixa e equivalentes de caixa: Representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	2	2
Bancos	46	13.043
Aplicações financeiras	13.084	2.753
	13.132	15.798

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação de média de 98,80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31/12/2022 (96,5% em 31/12/2021). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa inferiores a 90 dias. **Reclassificação:** Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2021, emitidas em 18 de fevereiro de 2022, o saldo de R\$ 1.122 foi divulgado como caixa e equivalentes de caixa. Tendo em vista a natureza desse saldo correspondente a aplicações financeiras restritas, vinculadas ao contrato de empréstimos e financiamentos (conforme divulgado na nota explicativa nº 6), a Administração da Sociedade reclassificou o referido saldo para a rubrica de "fundo restrito" em 2022 e no período comparativo. **6. Fundo restrito:** Representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	2.192	1.122
	2.192	1.122
Ativo circulante	941	—
Ativo não circulante	1.251	1.122
	2.192	1.122

O fundo restrito representa aplicações financeiras atreladas ao rendimento do CDI. Esse saldo possui a utilização vinculada a contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade e se faz necessário para cumprimento da cláusula de índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do respectivo contrato. São remunerados e uma variação média de 95,50% do CDI em 31/12/2022 (100% em 31/12/2021).

7. Contas a receber: Representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - faturados	53	1.714
Contas a receber - a futurar	2.432	—
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(53)	(53)
	2.432	1.661

Correspondem aos valores a receber do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mogi Mirim (SAAE), referentes aos serviços de tratamento de esgoto oferecidos pela Sociedade. Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo. O prazo médio das contas a receber é de 30 dias. Em 31/12/2022 e 2021, não existiam saldos de contas a receber dados em garantia. Em caso de inadimplência do consumidor final, o risco é do Poder Concedente. O critério para constituição da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente, a Sociedade também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração da Sociedade para cobrir os riscos de perdas existentes. As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidas:		
Acima de 360 dias	53	53
	53	53
A vencer:		
Até 30 dias	2.432	1.661
	2.432	1.661
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(53)	(53)
	2.432	1.661

Carlos Roberto Ferreira - Diretor Presidente

do Conselho de Administração e aos Acionistas da **Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.** - Mogi Mirim - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

8. Ativo financeiro: Representado por:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo do investimento	85.094	58.685
Recebimentos	(95.414)	(78.646)
Ajuste pela taxa de retorno (i)	131.855	109.359
Impairment (ii)	(4.531)	(2.159)
Total	117.004	87.239
Ativo circulante	19.316	17.513
Ativo não circulante	97.688	69.726
	117.004	87.239

(i) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 20,62% ao ano (17,78% em 31/12/2021), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

(ii) O impairment é registrado levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Sociedade, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Sociedade. A atualização do impairment é feita de forma anual e, além de considerar as premissas mencionadas acima, também leva em consideração o prazo remanescente do contrato de concessão. A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contração entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de concessão até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão. A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC), conforme previsto em contrato. A remuneração também é composta por outros custos fixos (tarifa do investimento, volume ofertado, tarifa da operação e volume tratado). Em 31/12/2022, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$ 16.768 (R\$ 10.227 em 31/12/2021). A parcela fixa é decorrente da receita de concessão que remunera o capital investido e a parcela variável é a receita de operação pelo volume de esgoto tratado. Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo de contrato quando incorridos e em fase de construção. Quando concluídos, são transferidos ao ativo financeiro. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$ 30.178 (R\$ 16.744 em 31/12/2021), distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais. A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	87.239	79.268
Adições	5.970	3.309
Baixas	(26)	—
Recebimentos	(16.768)	(10.227)
Ajuste pela taxa de retorno	22.496	14.592
Transferências (i)	20.277	7
Impairment	(2.374)	290
	117.004	87.239

(i) Refere-se às transferências do ativo de contrato para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras.

A expectativa de realização da totalidade do ativo financeiro é como segue: Exercício a findar em:

2023	19.316
2024	20.946
2025	22.477
Após 2025	54.265
Total	117.004

9. Ativo de contrato: O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Sociedade de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção, o ativo de contrato será classificado como ativo financeiro. Em 31/12/2022, o ativo de contrato corresponde aos novos interceptores na cidade de Mogi Mirim/SP. A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	19.677	360
Adições	1.921	19.324
Transferências (i)	(20.467)	(7)
Total	1.131	19.677

(i) Refere-se às transferências para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras. Em 2022, houve o encerramento das obras de ampliação da ETE e coletores de esgoto na cidade de Mogi Mirim/SP. **10. Empréstimos e financiamentos:** Representados por:

Modalidade e encargos	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa Econômica						
Federal (a)	TR + 8,3% a.a.	12/07/2032	23.859	25.126		
Banco Santander Brasil S.A. (b)	IPCA + 7,28% a.a.	15/08/2023	446	1.121		
Caixa Econômica Federal (c)	TR + 9% a.a.	09/01/2035	28.588	18.735	52.893	44.982
Passivo circulante			4.174	4.527	48.719	40.455
Passivo não circulante			52.893	44.982		

a) O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$ 35.063, tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos comprometidos quando da obtenção da concessão. Os juros e o principal são pagos mensalmente. Nesse contrato de financiamento, existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"): • Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20; • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais; • Enviduar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento; • Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30. b) O financiamento contratado com o Banco Santander Brasil S.A., em 16 de julho de 2018, na modalidade BNDES Giro, no montante de R\$ 2.000, tem como objetivo a aquisição de sistema fotovoltaico e instalação do mesmo na Estação de Tratamento de Esgoto no município de Mogi Mirim. Os juros e o principal são pagos mensalmente. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante do contrato: • Não contrair novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor seja superior a R\$ 5 milhões, sem aprovação prévia, exceto para perfilhamento de dívida; • Redução de capital social da emissora/avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento da dívida; • Razão entre DFL (Dívida Financeira Líquida) e EBITDA a ser apurado anualmente deverá ser menor ou igual a 3,5x durante a vigência do contrato. c) O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 4 de abril de 2021, no montante de R\$ 29.306 tem como objetivo permitir à Sociedade a ampliação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Mogi Mirim, complementando o projeto que foi contratado com a Caixa Econômica Federal em 2010. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 14 de setembro de 2021. Esse contrato tem um prazo de carência de 15 meses a partir da data de contratação. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até janeiro de 2035. Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"): • Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20; • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais; • Enviduar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do

endividamento; • Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30. Em 31/12/2022 e 2021 a Sociedade cumpriu com todos os compromissos estabelecidos no contrato. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	44.982	28.650
Captação de novos empréstimos e financiamentos	9.250	18.699
Juros incorridos no período	4.729	2.570
Amortização principal	(2.971)	(2.311)
Amortização juros	(3.113)	(2.422)
Custo de transação dos novos empréstimos e financiamentos	—	(209)
Apropriação do custo de transação	16	5
	52.893	44.982

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
2024	3.779	
2025	4.015	
2026	4.261	
2027	4.522	
Após 2027	32.142	
	48.719	

11. Partes relacionadas: Representados por:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais	
GS Inima Serviços de Saneamento Ltda.	121	—	—	—
GS Inima Brasil Ltda.	24	2.253	(297)	—
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	—	1.268	—	—
	145	3.521	(297)	—

	31/12/2022		31/12/2021	
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais	
GS Inima Serviços de Saneamento Eireli	736	—	—	—
GS Inima Brasil Ltda.	18	1.377	(161)	—
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	—	775	—	—
	754	2.152	(161)	—

Em 31/12/2022, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 316 (R\$ 291 em 31/12/2021), a título de remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos. A Sociedade concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são feitos anualmente, no encerramento de cada exercício e o pagamento se dá nos meses subsequentes ao encerramento de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo de PLR a pagar em 31/12/2022 é de R\$ 248 (R\$ 203 em 31/12/2021). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR. **Participantes:** Os participantes nos resultados da Sociedade são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado. **Valores:** Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos.

	31/12/2022	31/12/2021
12. Tributos Diferidos: Representado por:		
PIIS	521	556
COFINS	2.401	2.561
	2.922	3.117
Passivo circulante	177	186
Passivo não circulante	2.745	2.931
	2.922	3.117

O Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), diferidos, são calculados tomando por base as receitas aprovadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela Sociedade. **13. Patrimônio líquido:** **13.1. Capital social:** Em 31/12/2022 e em 31/12/2021, o valor do capital social integralizado é de R\$ 19